

LEGISLATIVO

Senado adia para 95 os projetos mais polêmicos

ALDO RENATO SOARES

BRASÍLIA — O Senado deverá deixar para 1995 a votação de três projetos importantes para a economia do País — a concessão de serviços públicos, a limitação dos gastos públicos com o pa-

gamento de pessoal a 65% da receita líquida, e a lei de patentes (propriedade industrial). A negociação envolvendo o projeto de concessões, considerado o mais importante, continua enfrentando resistências e o seu relator, senador José Fogaça (PMDB-RS), se nega a votar o pro-

jeto como ele está, temendo sua aprovação.

Fogaça teme os efeitos da lei sobre o sistema elétrico. O projeto determina, no parágrafo primeiro do artigo 42, que ficam extintas as concessões outorgadas antes da vigência da Constituição (5 de outubro

de 1988), o que atinge todas as concessionárias estaduais de energia. Isso significa que poderosas empresas, como a CESP (Centrais Elétricas de São Paulo) e Cemig (Centrais Elétricas de Minas Gerais) perderiam a concessão da distribuição de energia elétrica em cinco

anos. "Se for aprovado este texto, será o fim do mundo", reage Fogaça.

Na quinta-feira passada, o líder do PFL no Senado e vice-presidente eleito, Marco Maciel (PE), encontrou-se com Fogaça para discutir uma forma de votar o projeto em dezembro.